

Nos marcos da revolução passiva à brasileira

Tatiana Prado Vargas

Como citar: VARGAS, T. P. Nos marcos da revolução passiva à brasileira. *In:* DEL ROIO, M. (org.) **Trabalho, política e cultura em Gramsci: os 70 anos da morte de Gramsci.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007. p. 99-103.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2007.978-85-60810-06-2.p99-103>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Nos marcos da revolução passiva à brasileira

Tatiana Prado Vargas¹

1 INTRODUÇÃO

Na presente pesquisa, procuramos esboçar brevemente, por meio de uma retomada do pensamento de Antonio Gramsci, em seus *Cadernos do Cárcere*, a contribuição que o estudo empreendido pelo autor acerca da então realidade italiana pode ter para uma possível interpretação da forma histórica de objetivação do capitalismo no Brasil. Num exercício metodológico de analogia histórica, refutando de início qualquer transposição mecanicista e anacrônica de realidades históricas distintas, nosso objetivo será resgatar algumas de suas categorias centrais como instrumentos tanto de análise como de transformação social da nossa realidade.

Na chave interpretativa aberta pelo conceito de *revolução passiva*, pretendemos evidenciar como as deficiências da formação do capitalismo periférico brasileiro – que se mostrou incapaz de reproduzir-se de forma nacional e autônoma – tomam sentido quando articuladas com aquilo que Marx diria ser “a produção global do Capital”, ou seja, como a “formação econômico-social” que se concretizou historicamente no Brasil supõe que “as relações internas de um Estado-Nação entrelaçam-se com as relações internacionais, criando novas combinações originais e historicamente concretas” (C13, §17, p.42).

No presente trabalho, com isso, procuraremos resgatar brevemente o conceito de *revolução passiva*, buscando, posteriormente, esboçar criticamente o pensamento de alguns autores brasileiros, tais como Carlos Nelson Coutinho e Luiz Werneck Vianna, que utilizaram as categorias gramscianas para uma possível compreensão da formação histórica nacional.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA OBRA GRAMSCIANA À LUZ DA REVOLUÇÃO PASSIVA

Inserido em um ambiente intelectual claramente marcado pelo dito “duplo revisionismo”, o projeto gramsciano surge como uma tentativa de reafirmação do materialismo histórico enquanto um projeto de caráter intrinsecamente revolucionário, procurando resgatar a totalidade do pensamento de Marx enquanto efetivo interventor na luta de hegemonias políticas. Num intenso exercício de *tradutibilidade* da filosofia de sua época, Gramsci reestruturará o plano da filosofia como um plano de *lutas políticas*; lutas essas por meio das quais elaborará toda a sua reconstrução do materialismo histórico, num explícito combate à filosofia hegemônica de então¹.

¹ Graduada do quarto ano de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas e membro do Grupo de Pesquisa “Estratégia do contratempo: uma investigação sobre o conceito gramsciano de hegemonia” – ligado ao CEMARX e coordenado pelo professor Álvaro Bianchi. A presente pesquisa é fruto das discussões realizadas no âmbito desse grupo.

¹ Vale ressaltar o lugar central ocupado por Benedetto Croce na consolidação de uma cultura hegemônica da burguesia italiana (o intelectual orgânico). Ao referir-se a Croce como um verdadeiro “papa laico”, Gramsci já nos demonstra a dimensão que o teórico ocupava na cultura italiana.

Esse cenário de disputa intelectual, é também cenário histórico concreto, no qual a emergência do fascismo como forma de "solução capitalista para uma crise capitalista" deveria ser analisada por Gramsci em todas as suas possibilidades e limitações. A compreensão do porquê, num momento de *crise orgânica* instaurada pelo pós-guerra, as classes subalternas não conseguiram concretizar um projeto hegemônico que subvertesse a ordem até então existente, ou seja, a questão de como o *atraso* italiano, ao invés de favorecer uma ruptura revolucionária teria propiciado uma modernização capitalista à base de uma coalizão política conservadora, coloca-se assim como central nos estudos carcerários de Gramsci.

Daí que a categoria *revolução passiva*, associada à chave da "revolução-restauração" aparece como um verdadeiro cânone de interpretação, não só da realidade italiana, mas também de diversas formações históricas contemporâneas nas quais o capitalismo se consolidou pela dita "via não-clássica". Com isso, é lançado o recurso da analogia histórica como instrumento analítico de conexão do nacional com o internacional; do passado com o presente; do particular com o universal.²

3 NOS MARCOS DA REVOLUÇÃO PASSIVA À BRASILEIRA

É dessa atualidade do conceito de *revolução passiva* que iremos nos utilizar para reportarmos-nos para o processo de formação do capitalismo brasileiro em suas especificidades históricas, retomando alguns episódios nos quais a dita "revolução-restauração" fez-se sentir de forma mais evidente. Para tal, centraremos-nos nas interpretações feitas por Carlos Nelson Coutinho em seu artigo "Gramsci no Brasil: recepção e usos" e por Luiz Werneck Vianna, em sua *A Revolução Passiva: Iberismo e Americanismo no Brasil* acerca da constituição do capitalismo no Brasil sob a marca da *revolução passiva*, para uma posterior crítica sobre alguns pontos de suas formulações.

Marcado por uma história na qual a obediência à lógica do "conservar mudando" sempre imperou, o Brasil, em seu processo de transição para uma economia de cunho industrial, caracterizou-se essencialmente pela manutenção de profundos traços do elemento colonial. Sem a eclosão de uma ruptura revolucionária com a velha estrutura, o capitalismo industrial brasileiro objetivou-se por meio de ondas reformistas ativadas por intermédio do Estado, visto a incapacidade da emergente burguesia brasileira em levar a cabo um projeto nacional. Da forma como se consolidou o capitalismo brasileiro, assim, recaí-se para uma possibilidade de compreensão desse movimento sob a chave da "revolução-restauração", sendo que a formulação gramsciana de *revolução passiva* abre caminhos para o enriquecimento de interpretações acerca da formação histórica do Brasil, especialmente no que se refere à constituição dos sujeitos "portadores da antítese".

Esse reformismo "pelo alto", a excluir qualquer iniciativa popular, faz sentir-se na consolidação de um "arranjo político" entre a burguesia industrial e as diversas frações das oligarquias agrárias a partir de 1930. Ou seja, na construção de um processo modernizador à revelia do povo, a burguesia industrial brasileira – nascida no seio dos setores primário-exportadores ligados ao

² é por meio desse recurso analítico utilizado por Gramsci que o conceito de *revolução passiva*, passando por um processo de *tradutibilidade*, adquire uma dimensão muito mais ampla e universal do que em sua acepção original elaborada por Vincenzo Cuoco. Reformulando e ampliando o conceito através da sua retirada do contexto original, Gramsci o lança enquanto um *instrumento de interpretação* do presente – o que irá nos possibilitar a análise da objetivação do capitalismo no Brasil sob essa chave interpretativa.

café - tem a necessidade de interiorizar o elemento latifundiário na construção de um "projeto nacional"; projeto esse que só pode ser unificado coerentemente pela mediação do Estado.

Frente a esse quadro político de ausência de uma iniciativa autônoma por parte de uma classe dominante nacional, o Estado acabou por assumir uma função específica, qual seja, a de condução do processo de afirmação da dominação política e sua conformação a uma atualização econômica. Daí o nexos necessário entre economia e política, visto que o elemento estatal torna-se protagonista no processo de modernização econômica capitalista.

Esboça-se, assim, um cenário de *revolução passiva*, justificado pela impossibilidade das classes dominantes assimilarem as demandas das classes subalternas num projeto político nacional que se pretenda verdadeiramente hegemônico.

Os movimentos da Independência, da Proclamação da República, da "Revolução" de 1930, do Estado varguista de 1937 e do Golpe Militar de 1964 podem ser tomados, aqui, como expressões por excelência da *revolução passiva*. Daí que, "nessa dialética brasileira em que a tese parece estar sempre se autonomando como representação da antítese, evitar a revolução tem consistido, de algum modo, na sua realização" (VIANNA, 1997, p. 12).

Luiz Werneck Vianna, retomando os momentos da história brasileira acima referidos, aponta em sua obra a centralidade que os ditos traços da "Ibéria" teriam em todo o processo de constituição da nação brasileira e de sua modernização. Esse compromisso com um passado ancorado nas antigas elites políticas – para as quais o exclusivo agrário aparece como marca irrevogável –, à luz de um processo de "modernização" das estruturas sociais, viria a caracterizar a particularidade de nossa realidade histórica, na qual a própria leitura dos elementos "modernos" que aqui se impuseram, necessitaria de uma verdadeira "rotação ótica" por parte do cientista para a sua real compreensão.

Com a expansão da ordem burguesa e com ela a emergência de novos atores sociais, porém, o autor aqui tratado vê a possibilidade dos "fatos" serem absorvidos por esses novos "atores". O sindicalismo operário, a juventude militar e a própria organização de um Partido Comunista Brasileiro apareceriam como os primeiros "elementos da antítese" da realidade brasileira; nesse sentido explicar-se-ia o acolhimento, por parte dos setores tradicionais, das demandas por uma modernização econômica que, por um intenso movimento de cooptação – *transformismo* –, principalmente dos setores médios urbanos, pôde concretizar-se na chave da modernização conservadora.

O Golpe militar de 1964, para Vianna, aparece como a maior expressão do processo de "revolução-restauração" na história da objetivação do capitalismo no Brasil, na medida em que "(...) a valorização do mercado em detrimento do Estado, o empenho na orientação de emancipar a economia de fins políticos e o abandono de uma política externa independente" (VIANNA, 1998, p. 192), combinada a um Estado autoritário que empreende a modernização das estruturas sociais brasileiras sem ativação das camadas populares (muito pelo contrário, com intensa repressão sobre essas), seria a verdadeira expressão daquilo que chamamos *revolução passiva*. *Revolução passiva* esta que, diferentemente daquele primeiro ciclo, convertia-se em uma "americanização 'por cima'", mais propícia à reforma liberal das estruturas do Estado e das suas relações com a sociedade. De modo que a resposta das esquerdas a esse processo (representadas principalmente pela *intelligentsia* de São Paulo) deu-se no sentido de uma denúncia do projeto nacional-reformador

populista, sinalizando para uma ruptura com o capitalismo autoritário brasileiro.³ Nesse sentido, o tema da identidade e autonomia de classes toma papel central para um possível confronto com o Estado autocrático brasileiro.

A institucionalização da democracia política no Brasil no período que segue a ditadura militar, assim, reabre o tema da *revolução passiva* sob uma nova luz, qual seja, de reinserção e reativação dos atores políticos vindos “de baixo” como possíveis forças sociais capazes de se tornar dirigentes por meio do acesso aberto ao Estado (acesso esse proporcionado por uma racionalização da participação política e com o conseqüente avanço – por transformações moleculares – da democratização social). Assim, ao se tratar da contemporaneidade, Vianna coloca-se no invólucro da transição socialista pela via democrática – do *reformismo* como forma de se superar as contradições do capital.

Carlos Nelson Coutinho, num mesmo sentido (de defesa da luta pelo socialismo por meio da via democrática), mas sob um ângulo de análise diferente, coloca-se de início a seguinte questão: o Brasil é hoje uma formação social de tipo “oriental” ou “ocidental”? Daí derivando questão acerca da práxis política que deve aqui ser encampada pela esquerda contemporânea, qual seja: a da “guerra de posição” ou a da “guerra de movimento”?

Para esboçarmos esse debate, vemos aqui a necessidade de retomar (muito brevemente) o significado que as concepções de Oriente/Ocidente e guerra de posição/guerra de movimento têm na obra gramsciana. Para Gramsci, o processo de combate concretizado na Revolução Russa, por meio das frentes de luta Oriental e Ocidental, permitiu a elucidação de aspectos das estruturas sociais assaltadas pelas tropas revolucionárias; no sentido de que, como pôde observar-se, a frente Oriental contou com um árduo processo de destruição do aparelho coercitivo estatal (sociedade política) – o qual concentrava toda a função diretiva social – com posterior relativa facilidade em afetar a frágil estrutura dos aparelhos hegemônicos presentes na sociedade civil; ao passo que, na frente Ocidental, a enrijecida estrutura dos aparelhos de hegemonia dispersos na sociedade civil em uma multiplicidade de sociedades particulares (que compunham verdadeiras “trincheiras”) tornavam a luta anterior ao processo de assalto ao aparelho coercitivo estatal muito mais complexa do que a que se verificava nas sociedades de tipo Oriental. Daí que, no Ocidente, a luta revolucionária tenha como momento mais penoso e substancial a preparação das classes subalternas por meio da disputa de hegemonia, no combate à dominação burguesa e na construção de um projeto hegemônico capaz de unir as forças das classes subalternas num projeto político unitário (*guerra de posição*); ao passo que, no Oriente, o assédio político-militar ao poder coercitivo estatal coloca-se como momento mais penoso e fundamental do processo revolucionário (*guerra de movimento*), à medida que a função diretiva social sintetizava-se no Estado restrito. O momento político-militar de classes impunha-se, nesse sentido, de modo muito mais imediato; desse modo a fração mais substancial da luta de classes ocorreria após a tomada do Estado.

Coutinho, assim, ao perguntar-se se o Brasil corresponderia ao modelo de Ocidente ou Oriente, visa retirar dessa questão uma resposta prático-política, qual seja, a de se o projeto político a

³ a proposta de ruptura esboçada por parte dessa “esquerda” a qual Vianna refere-se, devemos ressaltar, não prevê uma superação do próprio sistema capitalista enquanto tal, mas apenas de sua “forma autoritária”. Exponentes dessa “esquerda” são Fernando Henrique Cardoso, Otávio Ianni e F. Welfort, especialmente em suas obras posteriores a 1970.

ser elaborado pelas esquerdas brasileiras deve seguir ao modelo “guerra de posição” ou “guerra de movimento”. Essa *dicotomização* feita pelo autor acerca das categorias gramscianas, transposta para uma solução política na qual impera a “guerra de posição” – fazendo-se assim prescindir o momento do embate frontal com o Estado burguês (guerra de movimento) –, traduz-se num *projeto político reformista*, no qual as tão referidas “*transformações moleculares*” passam de recurso analítico à programa político. Tal como o próprio Gramsci nos alertou ao discorrer acerca do embate político entre o Partido Moderado e o Partido da Ação: “Um problema é este: na luta Cavour – Mazzini, em que Cavour é o expoente da revolução passiva – guerra de posição e Mazzini, da iniciativa popular – guerra manobrada, *não serão ambos indispensáveis na mesma precisa medida?*” (Q15, §11, p.317, grifos nossos). Se Mazzini foi falho por não haver compreendido o papel e a necessidade histórica da obra de Cavour, ou seja, por não haver complementado e mediatizado sua iniciativa com uma preparação política e ideológica de conquista hegemônica, Cavour obteve sua vitória reacionária na medida em que compreendeu a obra de Mazzini e, dessa forma, foi capaz de manipulá-la e neutralizá-la. Um representa a imediatividade da guerra de movimento; o outro representa a absolutização reacionária da guerra de posição; ambos representam limitadas “negatividades” apresentadas à tese ao longo da história.

A crítica de Gramsci a tais limitações é, necessariamente, um apelo à *unidade complexa* de ambos os momentos da luta, um apelo a uma luta mista “de caráter militar fundamental e de caráter político preponderante (mas toda luta política tem sempre um substrato militar)” (C1, §134, p.125), enquanto arma de *radicalização da antítese* no processo de aprofundamento da destruição da tese e reconstrução da síntese histórica. Daí que, ao nosso ver, ao dicotomizar as categorias elaboradas por Gramsci para se pensar a transição socialista – e ao transportá-las para o Brasil – Coutinho incorre num equívoco teórico e político que acaba por prescindir do momento do assalto ao poder como um momento fundamental para a transição socialista no Brasil.

REFERÊNCIAS

- BIANCHI, Álvaro. “Crise, política e economia no pensamento gramsciano”. *Novos Rumos*, n.36, 2002, p.28-37.
- _____. “Revolução Passiva: o futuro do pretérito”. *Crítica Marxista*, n.23, São Paulo, 2006.
- COUTINHO, Carlos Nelson. “Gramsci no Brasil: recepção e usos”. In Moraes, João Quartim de (org.), *História do Marxismo no Brasil*. Vol3. Campinas, Ed. Unicamp: 1998
- FELICE, Franco De. “Revolução passiva, fascismo, americanismo em Gramsci” in *Política e História em Gramsci*. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, RJ : 1978
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere* – v.I, II, III, V. Edição Carlos Nelson Coutinho. Ed. Civilização Brasileira : Rio De Janeiro, RJ : 1999-2002
- JUNIOR, Caio Prado. *A Revolução Brasileira*. São Paulo, 1966. Ed. Brasiliense.
- VIANNA, Luiz Werneck. *A Revolução Passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro : IUPERJ/Revan, 1997.